

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Cor EDITORIAL

Data: 21.6

**A Funai e os Kadwéus contra colonos e posseiros**

Fiel ao nosso objetivo de bem informar aos nossos leitores, apresentamos, ontem, uma súmula do trabalho realizado pelo Departamento de Terras e Colonização de Mato Grosso do Sul (TERRASUL) com respeito ao problema das demarcações de terras de usufruto dos índios kadwéus.

Por esse trabalho ficou provado que o Estado de Mato Grosso, ao tempo em que nossa região fazia parte dele, já tomara a seu cargo, desde o dia 23 de fevereiro de 1903, isto é, oitenta anos atrás, a demarcação da área de usufruto dos kadwéus.

Por essa demarcação, determinada pelo governo do Estado na gestão do então presidente Antonio Pedro Alves de Barros e feita pelo agrimensor Barros Maciel, foi reconhecida e demarcada área de usufruto dos kadwéus, dada pelo Imperador Pedro II.

Vinte e oito anos depois, sem ter havido a menor contestação, no dia 9 de abril de 1931, o então interventor federal, Antonio Mena Gonçalves, expediu o Decreto n.º 54, ratificando e confirmando a medição anterior, na qual se reconhecia a área de 373.024 hectares, como sendo a de usufruto dos kadwéus.

E graças a essa lei, jamais posta em dúvida, o governo do Estado instalou ali a Colônia da Bodoquena – também conhecida pelo nome de Colônia Arnaldo de Figueiredo, em homenagem ao governador do Estado que a criou – sendo fornecidos aos colonos, no começo da década de 1970, os primeiros títulos de posse.

Devemos acrescentar que as terras dessa Colônia são das melhores do mundo em fertilidade natural, havendo até um cientista estrangeiro, cujo nome não nos ocorre, escrito que elas poderiam ser ensacadas e vendidas como adubo.

Posteriormente, quando a FUNAI, como representante legal dos índios, determinava a medição, para a perfeita caracterização dos limites da Reserva, que estava sendo invadida, o então presidente da Fundação, Ismarth de Araujo Oliveira, em um ofício enviado ao prefeito de Miranda, declarava expressamente que seria feita uma reavivitação da medição já feita, com o que reconhecia, como não podia deixar de fazê-lo, a medição oficial feita quarenta anos atrás pelo governo do Estado, cujos sinais seriam tornados claros (reavivitados) para que nenhuma dúvida persistisse para o futuro. No mesmo documento o presidente da FUNAI afirmava que não tinha notícias de que a 9.ª D. R. houvesse feito uma nova demarcação.

Acontece que esse departamento do Exército, obedecendo a critérios próprios, resolvera fazer uma nova demarcação e nela a área de 373.024 hectares encontrada por José de Barros Maciel, aceita e oficializada pelo governo do Estado desde 1903, foi aumentada para 538.535 hectares e 7.804 hectares, englobando, com isso, terras já tituladas.

Não se sabe quais foram os “critérios próprios” do Exército nessa demarcação, mas se diz que se louvaram nos informes dos próprios índios. Apenas se sabe que mais tarde a própria FUNAI encampou essa medição e tomou a seu cargo torná-la legal e oficial, criando, na região, uma situação de enorme vexame e até um estado explosivo, com a reação dos indígenas alimentada pela própria FUNAI.

Entretanto, o Estado, despojado de centenas de milhares de hectares de suas melhores terras, não se conforma com essa medição, e, mais ainda, com a atitude da FUNAI e dos índios. A Colônia da Bodoquena e a instalação, na região, de milhares de pessoas produzindo gêneros alimentícios, é vital para nossa economia e imprescindível para todos aqueles que já se encontravam na região. E por tudo isso, por não se conformar com o pretendido esbulho, o governo, representado pela Secretaria da Justiça e a TERRASUL, está querendo provar os erros cometidos pela nova medição.

Segundo a TERRASUL, na medição de 1903, de Barros Maciel, o rio Niutaca é traçado nas proximidades do Morro do Limoeiro, que aparece em destaque e é citado em vários documentos. Na medição feita pelo Exército, a pedido da FUNAI, esse rio é representado muito ao norte do Morro do

Limoeiro. Além desse erro, outra incorreção foi encontrada pela TERRASUL e dizem respeito ao fato de não haver, a nova medição, obedecido ao tradicional e universal conceito do divisor de águas determinado pela Serra da Bodoquena. Ela faz a linha divisória seguir uma cota de 400 metros a leste deste marco, o que eleva a Reserva em mais de 150.000 hectares, comprometendo inúmeros lotes da Colônia Bodoquena.

Ocorreu assim, não se sabe como nem porque, uma medição cuja finalidade maior teria sido por em cheque tudo quanto o governo do Estado fizera na região em benefício da colonização, além de lançar a União, através da FUNAI, contra o Estado e os índios contra os colonos.

Se nos lembrarmos que os 373.024 hectares, reconhecidos pelo Estado, desde 80 anos atrás e nunca contraditados, representam 55%, a mais, do que o Grão Ducado de Luxemburgo, um País independente onde vivem cerca de 500.000 pessoas, 1.200%, ou doze vezes mais, do que a República de Malta, onde vivem 320.000 pessoas, poderemos verificar como é ilógica e anti-econômica a nova medição. Essa área reconhecida aos índios é, ainda, seis vezes maior do que a República de San Marino ou Singapura, oito vezes maior do que o Principado de Andorra e representa cerca de 25% de todo o território do Líbano e 15% de Israel, hoje um dos países mais importantes do mundo! E grande parte desse território que, é de uma fertilidade enorme, está na situação atual, sendo interdito a milhares de lavradores pobres...

Não será terra demais para mil e poucos índios? Por que a FUNAI teima em criar uma situação insustentável a milhares de lavradores sem terras e sem recursos e a querer tirar, da terra produtiva de nosso Estado, uma área de tal extensão e tamanha importância, tudo por uma demarcação absurda, que a ninguém convence? O fato é que está criada uma disputa entre a União e o Estado e, com isso, o País se prejudica pela redução da capacidade produtiva de Mato Grosso do Sul...

Ouvimos, de um expert em história e política locais, a afirmação de que da terra dos índios saiu, para uma das eleições do saudoso Felinto Muller, uma boiada... Em um recorte que nos foi gentilmente enviado pelo nosso leitor Hélio Coelho, vemos, também, que os kadweus estão transformando as reservas do mogno das suas terras em dinheiro sonante e que faturaram em madeira, pela contabilidade da FUNAI, 80 milhões, os quais, postos a juros no Open, estão rendendo 8 milhões por mês...

Não chegamos a ponto de dizer que os rigorosos defensores dos direitos dos kadwéus tenham um interesse maior na elevada renda que o imóvel possa proporcionar. Apenas que é difícil, quiçá impossível, administrar um patrimônio desses sem permitir que vazem umas casquinhas para muita gente, sem que figure nos títulos de “crédito” da tribo.

A pressão sobre os infelizes colonos, diretamente dos índios e indiretamente da FUNAI, a força que esta faz para reter em suas mãos um patrimônio fabuloso, como é o da Reserva da Bodoquena, ainda mais aumentada de 150 ou 250 mil hectares por uma medição que não convence a ninguém, está trazendo um caos à região e murmúrios de toda ordem. As intimidações aos colonos estão determinando, ainda, a elevação do contingente de desempregados desta Capital.

Várias reclamações estão sendo feitas no Judiciário, por parte de colonos proprietários, que se sentem esbulhados em seus direitos. E embora não tenhamos nada contra os pobres selvícolas que hoje, com as costas esquentadas pela FUNAI, se metem a nó cego na tarefa de expulsar tanto os invasores como os colonos, não podemos compreender como se alimenta uma tensão dessa natureza, prejudicando milhares de pequenos produtores sem terra, apenas pelo direito discutibilíssimo de 1.000 índios, que poderiam viver, se trabalhassem, à tripa forra, com a vigésima parte do território que lhe foi reconhecido pelo próprio Estado (e nunca discutido) há oitenta anos atrás...